

A pedagogia para além da escola formal: pedagogia hospitalar um estudo no Centro Educacional Jamel Amed em Itacoatiara-AM

Narlandia de Oliveira Neves

Mestre em Ciência da educação-; Curso Normal Superior -UEA; Graduação em Pedagogia-Uniaselv; Enfermagem- Litteratus

Catarina Costa Fernanda

Doutorado em Educação; Mestrado em Educação Artes e Cultura; Graduada em Pedagogia Professora na Universidade Federal da Integração Latino Americana -UNILA. Atua na área de Formação de Professores- Educação Infantil - Educação Especial - Educação Indígena e também na área de Gestão Educacional . É Coordenadora Institucional do PIBID. Atualmente coordena do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza; Líder do Grupo de Pesquisa -CNPq " Postulados sobre Paulo Freire para Educação

DOI: 10.47573/aya.5379.2.96.8

RESUMO

A Pedagogia é uma área do conhecimento que contribui decisivamente para o processo educacional atual, o profissional dessa área não poderá se contentar em ser mera transmissora de conteúdos como emancipação pessoal e, socialmente, exige a capacidade de construir e reconstruir conhecimentos, ou seja, o desenvolvimento da autonomia e os recursos utilizados deverão colaborar para a compreensão da gênese do conhecimento na criança, esclarecer o funcionamento da sua mente, para que se possa ajudá-la a construir sua atitude positiva, crítica e criativa diante da vida. A área de atuação deve contemplar todos os lugares onde existem demandas de pessoas que precise dos trabalhos do Pedagogo. Nesse caso, o estudo apontou que a ação do pedagogo no ambiente hospitalar pode proporcionar ao aluno/paciente um aprendizado característico, mesmo estando afastado da escola regular, além de fazer a análise da atuação legítima desses profissionais nessa nova estrutura e suas práticas de cunho pedagógico e formativo nas unidades de internação. Foram envolvidos nas atividades oito professores/pedagogos que atuam no ensino fundamental na Escola Municipal Centro Educacional Jamel Amed em Itacoatiara-AM. Trata-se de uma abordagem qualitativa e no método dialético. Os dados foram coletados por entrevista. A técnica de análise das entrevistas foi a Análise de Conteúdo. E como resposta destaca a necessidade do pedagogo hospitalar atuando nas esferas hospitalares, para o atendimento especial e inclusivo do aluno paciente, garantindo o direito à educação no hospital.

Palavras-chave: escola formal. pedagogia hospitalar. educação. saúde.

ABSTRACT

Pedagogy is an area of knowledge that contributes decisively to the current educational process, the professional in this area cannot be content-transmitting contents as a personal emancipation and, socially, requires the ability to build and rebuild knowledge, that is, the development of autonomy and the resources used should collaborate to understand the genesis of knowledge in the child, clarify the functioning of your mind, so that you can help it build your positive, critical and creative attitude towards life. The area of activity should include all the places where there are demands of people who need the work of the Pedagogue. In this case, the study pointed out that the action of the pedagogue in the hospital environment can provide the student/patient with a characteristic learning, even though they are away from the regular school, in addition to analyzing the legitimate performance of these professionals in this new structure and their pedagogical and formative practices in hospitalization units. Eight teacher and s/pedagogue activities were involved in elementary school at the Municipal School Jamel Amed Educational Center in Itacoatiara-AM. It is a qualitative approach and in the dialectical method. Data were collected by interview. The analysis technique of the interviews was Content Analysis. And as a response it highlights the need of the hospital pedagogue working in the hospital spheres, for the special and inclusive care of the patient student, ensuring the right to education in the hospital.

Keywords: formal school. hospital pedagogy. education. health.

INTRODUÇÃO

Sendo a educação um processo histórico e antropológico na vida do homem, entende-se que a educação não formal acontece a todo instante e em todos os espaços. Logo, acredita-se que a educação é um instrumento eficaz para a formação dos sujeitos e transformação social. faz-se necessária na perspectiva de formação dos cidadãos autônomos, críticos, reflexivos e dispostos a viverem numa relação de colaboração dentro da escola, difundindo esta ideia na sociedade.

Conforme Brandão (1995), ninguém escapa da educação, pois, em vários ambientes ela está presente, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola; de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos momentos da vida com ela para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar.

A partir da década de 90, a pedagogia hospitalar passou a ser discutida e foi inserida nas políticas públicas de inclusão. Por ter um papel relevante no âmbito da educação, a pedagogia hospitalar busca firmar-se como modalidade de ensino, pois tem como função educativa acompanhar crianças e adolescentes em situações de ausência da escola, devido a uma doença ou tratamento médico prolongado no hospital ou em seu domicílio, para que acompanhem os conteúdos escolares.

Atualmente são poucos os hospitais que fazem a articulação com as escolas, no sentido de atender a esse público. A pedagogia hospitalar é uma necessidade devido à crescente demanda de crianças hospitalizadas, onde não se pode esquecer do atendimento escolar que se constitui uma necessidade e um direito dessa criança.

Apesar de se ter um conjunto de leis, declarações nacionais e internacionais que destacam a educação e a saúde como foco prioritário da promoção à vida, esses direitos estão longe de serem alcançados e/ou se tornarem realidade para as classes populares.

Por ser a pedagogia um sistema em expansão, este estudo traz a perspectiva do entendimento da pedagogia para além da sala de aula, como uma articulação entre a escola e a criança hospitalizada, no Centro Educacional Jamel Amed no Município de Itacoatiara-AM. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e dialética. Os dados foram coletados através de um sistema focado com entrevista semiestruturada. Cujos dados foram analisados por seus conteúdos e avaliações técnicas. O estudo destaca uma percepção que a escola é um local que precisa de uma extensão de suas ações para atender a um aluno/paciente é preciso ter estratégia de ir onde está o aluno e no hospital é um local de atuação do Pedagogo.

A PEDAGOGIA E SUA PERFORMANCE NO BRASIL

Segundo Saviani (2007), desde a Grécia Antiga se tem feito uma dupla referência para o conceito de Pedagogia.

A pedagogia desenvolveu-se por um lado ligada à filosofia, elaborada em função da ética que guia a atividade educativa, no sentido empírico a pedagogia é entendida como formação para a vida, reforçando o aspecto metodológico presente na etimologia da pedagogia como meio, caminho para a condução da criança. (SAVIANI, 2007, p. 100). O modelo de ensino adotado para a formação docente, por meio dos cursos normais, atendia às expectativas educacionais de um público elitizado a ser formado e, conseqüentemente, supria os anseios da elite formada que, até o final do Império, tinha a educação como símbolo

representativo de sua classe social, não estabelecendo relações voltadas ao exercício de alguma atuação prática. (ROMANELLI, 1978, p.110)

Em São Paulo, no final do século XIX, uma outra proposta para o aprimoramento da formação de profissionais da educação, em nível superior, foi sugerida por meio de estudos pedagógicos, sendo reconhecido em lei, porém sem êxito, pois não chegou a ser concretizada.

A primeira regulamentação do curso de Pedagogia ocorreu a partir do Decreto nº 1.190/39, que o instituiu nacionalmente e previu sua instalação nas recém-criadas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A criação do curso favoreceu o estabelecimento de um importante locus de formação de profissionais docentes e de técnicos para atuarem na educação.

Na década de 1930, em um contexto de reconstrução social pós-guerra, pós-revolução de 30 e com a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, o governo do então presidente Getúlio Vargas criou as primeiras faculdades para o atendimento das novas exigências de formação profissional, entre elas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Portanto, desde a sua fundação até os dias atuais, o Curso de Pedagogia é marcado por discussões sobre a especificidade do trabalho pedagógico. O curso foi criado no Brasil em 1939, tendo como objetivo a preparação de docentes para a escola secundária e a formação do bacharel em Pedagogia, conhecido como Técnico em Educação (AGUIAR, 2016).

Em 1961 constituiu-se a primeira LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024 /61, que resultou em uma nova regulamentação do curso, mantendo a formação do bacharel em Pedagogia (Parecer CFE 251/62) e abolindo a separação entre licenciatura e bacharelado. Com o Parecer 252/69 são inauguradas as habilitações técnicas: Orientação Educacional, Administração, Supervisão e Inspeção Escolar, para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus, bem como o ensino das disciplinas e atividades práticas dos Cursos Normais.

Quanto à regulamentação dos cursos de graduação, a LDBEN/61 declarava no art. 70 que “o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.”

O Parecer nº 251/62, elaborado pelo Conselho Federal de Educação, fixou o currículo mínimo para o curso de Pedagogia – bacharelado que passa a ser composto por sete matérias, sendo algumas obrigatórias, como Psicologia da Educação, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação e Administração Escolar e outras matérias opcionais, como Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional. Para a licenciatura, as matérias que deveriam ser cursadas eram: Didática e Prática de Ensino. (SILVA, 2018, p.37)

O Parecer nº 251/62 reafirma a estrutura padrão dos cursos de licenciatura no formato 3 + 1, proposta ao curso de Pedagogia, desde a sua regulamentação inicial por meio do Decreto-lei nº 1.190/1939.

Em 1964, com o Golpe Militar, a sociedade viveu um período de reorganização política, social e econômica, e o Estado fortaleceu a concepção da educação como instrumento capaz de contribuir para o progresso e o desenvolvimento da sociedade. Os cursos de formação técnica receberam maior incentivo, e a educação, em geral, aderiu ao contexto das ideologias nacionalistas e transnacionais, favorecendo a formação de “profissionais requisitados pelo modo de

produção capitalista”. (BRZEZINSKI, 2012, p. 59)

O projeto de desenvolvimento nacional adotado pelo governo militar tinha a educação como suporte. Deste modo, o técnico em educação formado no curso de Pedagogia adquiriu papel importante na administração da educação, aspirando contribuir para a concretização do projeto desenvolvimentista.

A Pedagogia em discussão

Visando atender às demandas do mercado de trabalho, em dezembro de 1996 é aprovada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a Lei nº 9394/96, reintroduzindo novamente as habilitações. Essa configuração permaneceu até 2006, sendo homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, que definem a docência como a base da formação do pedagogo e, ao mesmo tempo, ampliam as possibilidades de sua atuação para âmbitos não formais (extraescolares).

Desse modo, os dois cursos, como o Normal no nível médio de ensino como formação mínima e o curso de Pedagogia no nível superior de ensino conduziam a formação de um mesmo profissional: o professor para os anos iniciais da educação básica.

A docência compreendida como eixo central da formação do Pedagogo mobilizou vários debates. As posições desfavoráveis fundamentam no entendimento de que a Pedagogia, ao longo de sua história, já havia conquistado espaços de atuação, que foram eliminados (LIBÂNEO, 2013, PIMENTA, 2010).

Historicamente, a profissão do pedagogo vem assumindo várias configurações, seja como especialista em Educação, seja como docente. Ainda hoje, a base do Curso de Pedagogia é questionada, e sua formação e atuação ficam à margem de discussões e polêmicas.

Vários autores, como Pimenta (2010) e Libâneo (2013) vêm pesquisando sobre a identidade epistemológica da Pedagogia e as possibilidades de atuação de seus profissionais, considerando-a uma ciência que tem como objeto de estudo a teoria e a prática da educação, compreendidas nos espaços escolares e não escolares.

Nesse olhar, o papel do Pedagogo nesse processo é o de um profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de assimilação e transmissão de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

A Pedagogia e o contemporâneo

Com a LDBEB/96, a educação foi reformulada e novos rumos foram traçados para a formação dos profissionais da educação, expressa nos artigos 61, 62, 63, 64 e 65. Os artigos 62 e 63 definem o local e o nível da formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Este artigo permite a atuação de dois cursos em um mesmo nível de ensino; a educação superior, na formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental nas universidades, nos institutos superiores de educação, nas faculdades e nas demais instituições de ensino e, ainda, a opção no nível médio de ensino, na modalidade Normal.

Nas disposições transitórias no Art. 87, é estabelecido, no § 4º, que “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.” Embora tal determinação seja transitória, há um grande empenho político para o alcance desta meta, ainda que esta medida provoque a fragilização da formação docente. O período para a habilitação dos professores foi estipulado em dez anos e, posteriormente, ampliado até o ano de 2014.

Desse modo, a formação docente para os anos iniciais da escolarização passou a ser oferecida em universidades com ou sem o instituto superior de educação, nos institutos superiores de educação fora do contexto da universidade e em escolas regulares, no nível médio de ensino. Neste contexto, as faculdades isoladas que ofereciam cursos de formação de professores deveriam transformar-se em institutos superiores de educação.

A Pedagogia para além da Escola Formal

Existem atualmente diferentes perspectivas que embasam teórica e metodologicamente a Pedagogia em seus diversos campos de atuação. Com uma história construída no cotidiano das instituições de ensino superior, não é demais

ênfaticamente que o curso de graduação em Pedagogia, nos anos 1990, foi se constituindo como o principal locus da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A formação dos profissionais da educação, no Curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País.

a) Os Princípios Norteadores de formação

O trabalho do graduando em Pedagogia, por envolver um repertório de informações e habilidades, compostos por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, deve fundamentar-se na interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados. Para a formação do licenciado em Pedagogia é fundamental:

1. O conhecimento da escola como organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania;
2. A formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou

enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder.

b) Objetivos

Com base na Resolução, o curso de Licenciatura em Pedagogia, tendo a docência como base da formação do pedagogo, destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na:

1. Educação Infantil e nos iniciais do Ensino Fundamental;
2. Em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional;
3. Área de serviços e apoio escolar e em outras em que disciplinas pedagógicas estejam previstas;
4. Organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:
 - Programas e projetos pedagógicos em sistemas e unidades de ensino, e em ambientes não escolares;
 - Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
 - Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas escolares e não escolares;
 - Produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares;

Deste modo, depois de muitas discussões, ficou definido que a formação do pedagogo deverá abranger integralmente a docência, a gestão, a pesquisa, a avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e atividades educativo.

Com a abertura destes novos espaços educacionais, cabe aos futuros pedagogos investir em constante manutenção e atualização. Sem comodismo deverá ir ao encontro de novos conhecimentos, novos cursos de especialização.

Mészáros afirma que:

Mas, pensar em educação exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos, e a Educação para além do capital; diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. (MÉSZÁROS, 2015, p.17)

Nesse viés, o desafio do pedagogo em espaços não escolares é grande, pois cabe a este profissional ter o papel de mediador do conhecimento, cuidando da educação de adultos, ajudando-os a se reconhecer em primeiro lugar como seres humanos que atuam em uma organização e que precisam se reconhecer e serem reconhecidos como tais, garantindo um melhor padrão de dignidade pessoal e profissional, e a educação poderia ser uma arma essencial para mudanças, mas o capitalismo acaba por causar alienação, afastando o homem da sociedade e de si mesmo, fazendo-o se compreender como mero produto/objeto.

Para Libâneo (2013, p. 23), “o campo educativo é bastante amplo, ocorrendo em vários lugares, apresentando diversas modalidades e práticas educativas. Tendo mencionado no parágrafo anterior a existência de diversas modalidades e práticas educativas”. Torna-se importante citá-las e distingui-las.

A Educação Informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e natural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas. A Educação não formal seria a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação.

A educação Formal compreenderia instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática.

O pedagogo também tem seu campo de atuação na educação não formal, o qual é chamado nessa modalidade de educação como educador social. Torna-se necessário conceituar tanto a educação não formal como o educador social.

Ser educador social é começar entendendo a relação consigo mesmo e a sua trajetória no que se refere ao educar. Ser educador social requer envolvimento, amor, comprometimento com a educação.

Para Libâneo:

Ser educador requer uma vontade individual de aprendizagem, multiplicidade de funções, uma formação orientada para o desenvolvimento integral da pessoa, a fim de que se envolva em seu pleno desenvolvimento em nível fisiológico, psicológico e social. (LIBANÊO, 2013, p.33)

Os contextos nos quais os educadores e as educadoras sociais exercem sua prática são através do meio aberto ou semiaberto. Buscando a inserção dos sujeitos na participação das atividades propostas, lugares públicos como praças, bares, ruas são muito utilizados como espaços educativos para que as crianças e o adolescentes possam vivenciar uma relação diferenciada com esses contextos.

As funções e as competências do educador e da educadora sociais foram identificadas e especificadas no decorrer da existência dessa profissão.

Neste sentido, entende-se que a educação não formal não se limita aos muros da escola, enquanto ação educativa se dá através de manifestações educacionais fora da sala de aula, como também em diferentes espaços, porém com condições de processos de ensino-aprendizagem diferentes.

A educação não formal, na visão de Gadotti (2005), não precisa seguir um sistema sequencial e hierárquico de progresso. Este progresso pode ter duração variável, e pode ou não conferir certificados de aprendizagem.

Sendo também atividade educacional organizada e sistematizada, mas não concretamente ligada ao sistema formal. Contudo, o tempo da aprendizagem nesta é respeitado dependendo do nível de capacidade que o indivíduo se encontra.

Importante destacar que a educação não formal é um dos pontos de discussão na sociedade atual, uma vez que surge como produto de uma era que acena para o envolvimento diferenciado de novas propostas de educação e de transformação social.

Destaca-se que Educação Social, nesse prisma, caracteriza-se como prática educativa que perpassa por muitos âmbitos, por isso, a educação social está atrelada à pedagogia social, deixando muito claro a noção da práxis, entre teoria – prática – teoria – prática.

Nesse viés, ela pode ser considerada existente desde os filósofos da Antiguidade Clássica, como Platão e Aristóteles, que discutiam a importância da Educação no desenvolvimento da sociedade como nas ações beneficentes do cristianismo ou nas heranças dos educadores como Fröebel e Pestalozzi, ambos pedagogos que se tornaram referência na Europa no final do século XIII e início do século XIX. Apesar de ambos não utilizarem a nomenclatura de Pedagogia Social, abraçavam a ideia do sujeito social.

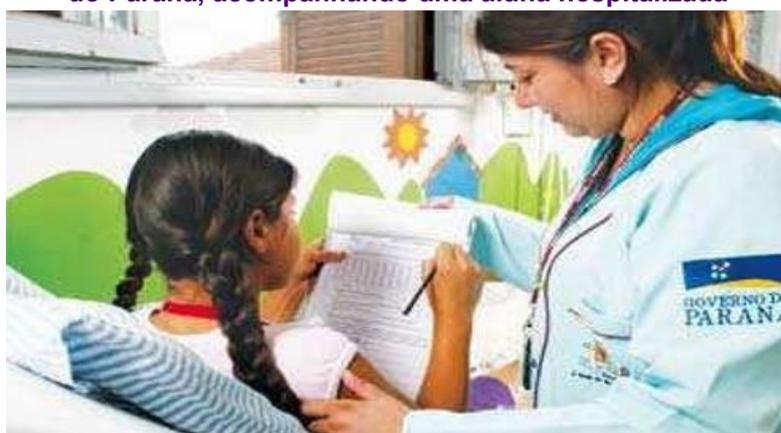
Pedagogia Hospitalar ou Classe Hospitalar?

As ações educativas em hospitais vêm favorecendo o desenvolvimento físico, emocional e intelectual de sujeitos que estão internados e permanecem longe da escola. Elas dão suporte para estes alunos favorecendo a volta à escola regular após a saída do hospital.

Assim, torna-se importante a continuidade dos estudos do educando durante o período de seu internamento, o que traz um estímulo motivacional, acelerando a sua recuperação. Freitas e Ortiz (2015, p. 18) observam que “é nesta perspectiva entre o normal e o patológico que crianças diferentes começam a receber o atendimento educacional”.

A escola-hospital possui uma visão que propõe oferecer continuidade de instrução pedagógica, e também orientação sobre o internamento, evitando traumas e alterando condutas devido aos limites hospitalares. Conforme figura a seguir:

Figura 1 - Coordenadora pedagógica do Hospital do Trabalhador, em Curitiba, capital estado do Paraná, acompanhando uma aluna hospitalizada



Fonte: Revista Nova Escola (2019)

Nesse sentido, privar a criança do convívio escolar nessa fase de intensa aprendizagem, observação, interação, comunicação e experiências pode provocar uma ruptura considerável nesse processo vital.

Por outro lado, a doença, em alguns casos, pode também acomodar a criança e de-

envolver nela uma dependência significativa dos pais, o que pode ocasionar problemas de socialização e argumentos para não ir à escola. Portanto, o afastamento escolar, além de trazer prejuízos em seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

Os princípios do método dialético visam a estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, sua realidade concreta, mediante estudos das informações e observações, descrição, classificação, análise e síntese.

A dialética, cuja abordagem metodológica foi eleita no desenvolvimento desta pesquisa, busca a inserção ativa no tema investigado e não apenas a sua contemplação, já que a dialética é compreendida como a lógica dos conflitos, das contradições, da totalidade, do movimento e da vida.

A dialética nesta pesquisa versa sobre a pedagogia hospitalar, no contexto da classe hospitalar entre a teoria e a prática. Tem a inserção profunda da pesquisa bibliográfica sobre as classes hospitalares, a qual visa a transformar ou provocar mudança a partir da realidade dos sujeitos.

Visto que considera a relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, importantes no processo de conhecimento. Esse tipo de pesquisa valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa as oposições contraditórias entre o todo e as partes e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens (FERNANDES, 2020).

A possibilidade de múltiplos olhares sobre o tema investigado nos remete à dialética enquanto procedimento de compreensão das contradições que se dão no interior dos processos históricos. Para se falar de ética, por menor que seja o recorte que se faça, sempre se está olhando a partir do curso da história.

Nesse curso, a dialética nos ensina primeiro a compreender a natureza contraditória do processo geral da realidade e depois que, em função desta natureza contraditória, todas as coisas e fenômenos singulares são apenas momentos desse processo. (PRADO Jr., 2010, p. 131)

Quanto aos fins, o estudo resultou em uma pesquisa descritiva, que se trabalhou a partir da análise e interpretação dos dados coletados no percurso da pesquisa de campo. Para Costa:

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (COSTA, 2019, p. 269)

Portanto, a necessária realização de uma pesquisa bibliográfica propiciou a fundamentação teórica, informações e conhecimentos sobre o assunto a ser pesquisado e sua interação com o estudo de campo, sendo a pesquisa bibliográfica a base para compreensões futuras.

Dessa forma, para atender aos objetivos deste estudo, a presente dissertação caracteriza-se como uma pesquisa que apresenta características qualitativas, exploratória quanto a seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos e que adota como estratégia de pesquisa a análise de conteúdo e tem embasamento nas características que compõem o fenômeno estudado.

O Centro Educacional Municipal Jamel Amed oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: Refeitório, Biblioteca, Quadra Esportiva, Quadra Esportiva Coberta, Laboratório de Informática, Sala de Leitura, Auditório, Pátio Coberto, Pátio Descoberto, Área Verde, Sala do Professor e Alimentação.

Figura 2 - Escola Municipal Centro Educacional Jamel Amed



Fonte: Acervo da pesquisadora

A pesquisa bibliográfica está caracterizada principalmente pelo levantamento de dados e informações em meio eletrônico, livros, periódicos, teses e dissertações disponíveis nos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares e em bibliotecas físicas e virtuais.

O segundo passo foi buscar autorização com a direção da Escola para entrevistar os professores do ensino médio que se dispuserem a participar da pesquisa. Participaram da pesquisa 08 (oito) professoras com formação em Pedagogia, que exercem a docência no ensino fundamental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A perspectiva dos sujeitos da pesquisa e sua visão da atuação da pedagogia na escola e além dela.

O que é ser uma Professora Pedagoga?

“Em nossa trajetória enquanto estudantes do curso de Pedagogia foi possível observar que o fato de o Curso proporcionar uma formação ampla, embora mostrasse uma superficialidade quando se remetia à formação do Pedagogo, de certa maneira existia um conhecimento introdutório sobre diversos assuntos sem o aprofundamento em disciplinas e conteúdo que são fundamentais para a docência como didática e alfabetização e, por este motivo, muitos alunos sentem-se despreparados e inseguros para lidar com as questões referentes aos saberes docentes a serem aplicados em sala de aula. Observamos a necessidade de valorizar a prática docente e estudar além dos processos teórico-metodológicos”. (GRUPO1 e GRUPO 2)

Nas palavras das Professoras Pedagogas dos dois grupos percebeu-se que a parte significativa dos saberes docentes defendidos por Tardif (2002) são adquiridos durante a formação.

Dessa forma, os projetos distribuídos ao longo do curso sugerem a aproximação do alu-

no à prática docente, bem como a outras áreas a que se refere a pedagogia, de acordo com o interesse de cada um.

Nesse sentido, os saberes são elementos constitutivos da prática do professor. Assim, o conhecimento é sempre resultado da articulação entre os saberes produzidos na prática e a junção das teorias já existentes com os saberes produzidos, o que possibilitará a construção de novos saberes.

Fortalecendo essa reflexão, Gauthier (2008, p. 27) nos diz que o ensino é: “A mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o professor se abastece para responder a exigências específicas de sua situação concreta de ensino.”

Tardif (2008, p. 37) escreve que “a prática docente é uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos”.

Importante salientar que esse momento requer um diálogo com os colegas, considerando a trajetória de vida profissional de cada um, com suas experiências educativas, na busca de novas práticas, no contato com os alunos. Assim, a construção desse repertório torna-se plural, dando forma à identidade do professor, valorizando seus saberes como sujeitos do processo.

Conforme defende Nóvoa (1995) a formação de professores deve ser concebida como um dos componentes da mudança, em conexão estreita com outros sectores e áreas de intervenção, e não como uma condição prévia de mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura de melhores percursos para a transformação da escola. É essa perspectiva ecológica de mudança interativa dos profissionais e dos contextos que dá um novo sentido às práticas de formação de professores centradas nas escolas. (NÓVOA, 1995, p.28)

Sem dúvida, os conhecimentos produzidos não se limitam apenas às teorias. O professor é um eterno investigador de sua própria prática, e, neste processo, produz conhecimentos novos. A articulação entre a ciência e a prática acontece concretamente, por intermédio da formação inicial ou continuada dos professores.

Considera-se que é no decorrer da formação, num contexto de investigação do próprio fazer, que os professores vão se construindo.

Você conhece a Pedagogia Hospitalar?

“Sim, já ouvimos falar, mas a atuação não conhecemos. Sabemos que eles fazem a mediação entre a escola e a criança hospitalizada. Sabemos que a Unimed dos grandes centros tem esse serviço. Entendemos que este profissional deve ter, além dos conhecimentos pedagógicos educacionais, conhecimentos acerca das enfermidades de seus alunos, para que, a partir disto, tenham condições de traçar suas estratégias de ensino. Tendo em vista que, muitas vezes, as doenças afetam não só a saúde física das crianças, mas as condições psicológicas que interferem diretamente na cognição destas.” (GRUPO 1 e GRUPO 2)

As respostas das Professoras surpreenderam a pesquisadora, e deixou claro que elas buscam entender melhor para participar da entrevista, uma vez que as respostas foram enviadas com antecedência.

Nesse sentido, constata-se que o pedagogo hospitalar precisa adquirir algumas qualidades, além do professor pedagogo que trabalha com a docência em sala regular, para acolher o singular, o imprevisível, com um trabalho emocional qualificado ao enfrentamento de situações muitas vezes difíceis em ambientes hospitalares. Ortiz e Freitas apresentam alguns pré-requisitos que instrumentalizam os pedagogos na prática hospitalar são:

Acham-se contemplados, como fatores pessoais, o equilíbrio emocional e a maturidade; a sensibilidade e a cautela na atuação com as diferenças; a criatividade e o exercício da troca como um veículo de tornar legítima a escuta aguçada. Ao ser traçado o perfil didático-pedagógico, os informantes acionam a relevância da formação acadêmica, a experiência anterior em sala de aula como precedente que disponibiliza a capacidade e a adaptação dos currículos e peculiaridades da dinâmica da classe hospitalar às necessidades de cada aluno. (ORTIZ e FREITAS, 2015, p.86)

A fala dos autores deixa clara a importância do pedagogo no ambiente hospitalar, não apenas para manter a criança ocupada, mas, para que ela não desamine frente à doença, e que os exercícios e as atividades sempre voltados de forma lúdica possam estimulá-la a partir do conhecimento das necessidades curriculares de cada disciplina escolar.

Para que o pedagogo hospitalar atue de forma adequada é necessário que esteja capacitado para lidar com as singularidades das crianças. É preciso considerar que as crianças que se encontram hospitalizadas estão em uma situação especial e podem ou não estar dispostas para desenvolver as atividades propostas.

A principal função desse profissional é de estimular o crescimento intelectual e sócio interativo, além de favorecer a continuidade de aprendizagem e a reintegração da criança na escolar regular. Portanto, o docente que deseja se dedicar a essa modalidade de ensino deve estar preparada para despertar, estimular o gosto pelo aprender, mesmo que enfermo, para que esse gosto não perca o sentido dentro das paredes do hospital.

Você vê a possibilidade de serem desenvolvidas práticas educativas dentro do hospital?

“Sim, as atividades educativas podem ser desenvolvidas em qualquer ambiente. Mas, dentro do hospital tem as suas especificidades, pois se está lidando com criança enferma, fragilizada. O ensino voltado à ludicidade pode contribuir, pois aprender brincando traz alegria e satisfação. Estamos conhecendo mais a fundo essa modalidade de ensino, e assim associamos com o que fazemos em sala de aula. Aqui na Escola usamos as atividades lúdicas, e a aprendizagem flui de maneira leve e prazerosa. Acho que, no hospital, também seria uma alternativa.” (GRUPO 1 e GRUPO 2).

Buscou-se em Piaget (1998) a concepção sobre a ludicidade, que, segundo Ele. A criança precisa interagir com o meio e, para que a aprendizagem aconteça é preciso que ela passe por dois processos que seria o de assimilação e o de adaptação. Assimilação é o processo interno que absorve as informações e as conecta com experiências vivenciadas, havendo comparações que provoca uma desestabilização no pensamento, por acontecer à entrada de novos conhecimentos. E adaptação seria a acomodação dessas informações processadas, portanto, seria o processo da efetivação da aprendizagem que causa o equilíbrio das informações assimi-

ladas. (PIAGET, 1998, pp. 48 e 49)

Nesse contexto, deve-se compreender que as atividades lúdicas auxiliam a criança hospitalizada que passa por situações dolorosas e sofrimentos, e um ambiente lúdico pode ajudá-la a expressar o que está sentindo.

As atividades lúdicas desenvolvidas no ambiente hospitalar oportunizam à criança a construção de novos conhecimentos de maneira prazerosa. De modo que o brincar se torna um instrumento pelo qual a criança entra em contato com outras pessoas e com as coisas por meio da sua prática pedagógica.

O pedagogo hospitalar pode apresentar diversos procedimentos lúdicos e recreativos, dentre eles: as brincadeiras, a arte de contar histórias, desenhos e pinturas, jogos, dramatização, dentre outros. Pode também oferecer, através do lúdico, experiências como brincar, pensar, criar, trocar, e, de certa forma, levando à criança a compreender e a aceitar a necessidade de hospitalização, devido ao que está passando naquele momento.

Nesse sentido, é fundamental que se tenha um olhar afetivo, adequar-se às atividades diante da necessidade do aluno, para que, com o estudo contínuo durante o período de internação, possa trazer um maior estímulo motivacional ao educando, possuindo diversas ações desencadeantes para a sua recuperação.

Você considera a humanização no hospital um ato inclusivo?

“Sim, pois a criança ou o adolescente hospitalizado está em estado de sofrimento; às vezes com muito tempo de internação, conforme a gravidade da doença. Esse olhar humanizado é muito importante; é inclusivo no sentido de acolher a essas crianças e adolescentes com gestos e palavras afetivas. Todos nós necessitamos disto.” (GRUPO e GRUPO 2)

Nas entrelinhas da discussão dos grupos 1 e 2 entendeu-se que o ambiente hospitalar é entendido como centro de referências de tratamento de saúde. Muitas vezes é associado a um espaço de dor, sofrimento e morte, e isto é realmente assustador.

Portanto, a humanização e o ato de acolher são atos inclusivos. O acolhimento é o ato de cuidar, amar. É se preparar com a pessoa e, ao mesmo tempo, significa receber a criança e aceitá-la, de modo que ela possa se sentir abrigada, refugiada, amparada e protegida.

A Política Nacional de Humanização (Brasil, 2004) trata de todos os aspectos do atendimento hospitalar e busca inovações nos modos de fazer saúde. A instalação de classe nos hospitais contribui no processo de humanização e acolhimento da criança hospitalizada e de sua família.

Para Esteves (2018, p. 4), a Classe Hospitalar é o espaço de integração da criança doente no seu novo modo de vida, tão rápido quanto possível dentro de um ambiente acolhedor e humanizado, mantendo contato com seu mundo exterior, privilegiando suas relações sociais e familiares.

Nesse sentido, a pedagogia hospitalar vem ao encontro dessas crianças, oportunizando atendimento educacional e também emocional, acolhendo-as em suas necessidades essenciais desde o aprendizado de escolarização até os momentos de descontração, como brincadeiras,

jogos, entre outros.

Contextualizar e refletir o estado clínico do escolar hospitalizado faz parte da ação pedagógica do professor. É preciso, além de educar, saber ouvir as inquietações dos educandos, no sentido da construção de um ensino reflexivo que possibilite o conhecimento do resultado do ensino e as variáveis que contribuíram para o aumento da aprendizagem, tais como planejamento do professor, a motivação dos alunos, suas habilidades e (ou) experiências anteriores.

Portanto, o processo inclusivo humanizador no hospital através da classe hospitalar descortina um modo de ensinar diferente, onde a multiplicidade de ação permitirá aos alunos a integração e a inclusão.

Para você, as classes hospitalares é uma modalidade de inclusão?

“Sim, a inclusão é uma política. Deste modo, entendemos que toda atividade educativa desenvolvida durante o período da hospitalização assume o caráter inclusivo de mediação escolar; está dentro do ambiente hospital e está atravessado por relações humanas. A inclusão pode oferecer à criança hospitalizada a continuidade de seu aprendizado. A inclusão é uma ação não só pedagógica, mas um direito de todos à educação e a outras políticas humanitárias.” (GRUPO 1 e GRUPO 2)

Nesse sentido, as professoras participantes da pesquisa confirmaram o dizer de Mantoan (2010), de que a inclusão reforça a importância de ações conjuntas de

toda a comunidade escolar, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais. De acordo com Mazzota (2013):

A inclusão escolar prevê intervenções decisivas e incisivas, em ambos os lados da equação no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste da realidade social. Assim, além de se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais. (MAZZOTA, 2013. p.141)

Já Carvalho (2014) afirma que a inclusão pressupõe um movimento contra qualquer tipo de exclusão que venha a ocorrer dentro dos espaços educacionais, na medida em que está baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, no ingresso e na permanência, possibilitando a todas as pessoas oportunidades educacionais adequadas, respeitando, durante todo o processo de aprendizagem, a individualidade, bem como as limitações inerentes a cada ser. De acordo com Mantoan (2010):

Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2010, p.176)

Esse acesso depende de políticas públicas que assegurem ao aluno os seus direitos

educacionais, já que as políticas de inclusão se tornaram mais fortes a partir do ano de 1994, com o advento da Declaração de Salamanca. Com essa Declaração, temos visto diversos debates a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar.

Embora a criança hospitalizada não se configura como criança com deficiência, ela está com uma deficiência momentânea.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a inclusão deve ser definida como proposta pedagógica que assegura recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, possibilitando cada vez mais o acesso desse atendimento a toda população que dela necessita.

Ressalta-se que a permanência da criança no hospital não significa o rompimento do seu vínculo com a escola, mas sim, vai ao encontro do momento mais esperado, que é a recuperação da sua saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apontar a importância e as contribuições da Pedagogia Hospitalar para a educação de crianças e adolescentes no ambiente hospitalar na visão das professoras participantes entrevistadas, verificou-se que estas professoras entendem essa necessidade, embora para elas o assunto era novo, já que essa modalidade de ensino, embora preconizada por lei, não era colocada em prática.

Deste modo, pode-se verificar que este é um campo muito vasto, mas que está em construção por se tratar de um assunto recente e em discussão.

Tem-se, dessa forma, muitos campos de pesquisas futuras para melhorar a atuação do Pedagogo Hospitalar e o entendimento de seus espaços de atuação dentro do hospital.

No identificar os caminhos da educação e da Pedagogia Hospitalar na atualidade, foi observada a importância do atendimento pedagógico hospitalar para o desenvolvimento não só educacional da criança e do adolescente.

Como se enfatizou no decorrer deste trabalho, a Pedagogia Hospitalar e as classes hospitalares têm um papel fundamental no resgate da cidadania, cabendo aos órgãos governamentais a sua implementação de forma satisfatória. Buscou-se também neste trabalho buscar as leis que fundamentam as classes hospitalares como a Declaração de Salamanca, a LDBEN nº 9394/96, as políticas de Educação Inclusiva e outras.

Deve-se considerar ainda como reflexão a falta de interesse dos nossos governos estadual e municipal e até mesmo dos hospitais em tornar a implantação das classes hospitalares uma realidade em todos os espaços, garantindo o direito das crianças hospitalizadas em dar sequência em seus estudos quando permanecer fora da classe regular.

No discutir a formação do pedagogo para a sua atuação em uma classe hospitalar, pode-se constatar, a partir da pesquisa realizada, tanto teórica quanto no campo de pesquisa, que a Pedagogia Hospitalar e as classes hospitalares são importantes para a atuação do pedagogo, bem como abre um novo campo de trabalho para o graduado em Pedagogia.

Com as diretrizes de 2006 ficou entendido que o pedagogo é um profissional completo, podendo tanto lecionar como estar presente nas atividades administrativas referentes à educação.

De maneira geral, a pesquisa contribuiu para o entendimento do papel do pedagogo e da educação para os indivíduos, principalmente aqueles que, por um motivo de saúde ficam fora deste contexto. Daí a importância das classes hospitalares e a formação do pedagogo para esta realidade.

Desta forma, ao longo do estudo pode-se perceber que a pedagogia hospitalar é importante para a recuperação da criança e do adolescente internados, e fundamental no seu processo de ensino-aprendizagem, compreendendo o seu acompanhamento durante este período.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Angela de S. *et al.* Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia no Brasil: Disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 27, n.96, p.819-842, out. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Ed. Braziliense, 46ª reimpressão, 2005.

CARVALHO, R. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2014.

COSTA, A. *Metodologia Científica*. Mafra: Nosde, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> (Acesso em agosto de 2021).

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 41, de 13 de outubro de 1995. Aprova em sua íntegra o texto oriundo da Sociedade Brasileira de Pediatria, relativo aos Direitos da Criança e do Adolescente hospitalizados. Brasília, 2004.

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia e formação de professores: busca e movimento*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

ESTEVES, Cláudia R. *Pedagogia hospitalar: um breve histórico*. Publicado em, 2008. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-> (Acesso em: 17 junho de 2021).

FERNANDES, Catarina Costa. *Metodologia da pesquisa em Educação*. Mafra: Nitran, 2020.

GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não-formal*. Sion: Instituto Internacional desDroits de 1º Enfant, 2005.

GAUTHIER, Clermont. *Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia*. São Paulo: Cortez, 2013.

- MANTOAN, M.T.E. Caminhos pedagógicos da inclusão. 5ª ed. São Paulo: Memnon, 2010.
- MAZZOTTA, M J. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2010.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Bomtempo, 2015
- NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. Portugal: Editora Porto, 1995
- ORTIZ, Leodi Conceição Meireles; FREITAS, Soraia Napoleão. Classe hospitalar: um olhar sobre sua práxis educacional. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Brasília, v. 82, n. 200-01-02, 2001. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/918/893>>. Acesso em: 16 junho de 2021.
- PIAGET, J. A epistemologia genética. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.
- PRADO, Caio Jr. Dialética do Conhecimento. Brasília: Brasiliense, 2010.
- PNHAH-Programa Nacional de Humanização Hospitalar. Disponível em: <<http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicações/pnaha01pdf>>. Acesso em 17 abr. 2021
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SAVIANI, Demerval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2007
- SILVA, Lucas Alves; MUHI, Camila; MOLIANI, Maria Marce. Ensino médico e humanização: análise a partir dos currículos de cursos de medicina. Psicologia Argumento. Curitiba/PR, V. 33, n. 80, p. 298-309. Jan/Mar, 2018 298-309.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- TARDIF, Maurice. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. Teoria e Educação, Porto Alegre, 2008.